

**EDcl no AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.213 - DF  
(2019/0208041-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : HOSPITAL SANTA LUCIA S/A  
**ADVOGADO** : TERENCE ZVEITER E OUTRO(S) - DF011717  
**ADVOGADOS** : CRISTIANA MEIRA MONTEIRO - DF020249  
CAIO CAPUTO BASTOS PASCHOAL - DF039000  
**EMBARGADO** : IZA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE VITORINO SILVA - DF015774  
BRUNA CABRAL VILELA - DF043447

**DECISÃO**

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A. requereu a atribuição de efeito suspensivo ao agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, alegando a existência de vícios no julgado recorrido, bem como a existência de dano de difícil ou impossível reparação.

A tutela foi deferida para obstar o levantamento dos valores bloqueados até ulterior deliberação desta Corte (e-STJ fls. 110/112).

O recorrente opôs embargos de declaração (e-STJ fls. 117/122), alegando que, apesar de ter requerido o "efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial interposto, suspendendo todos os efeitos do v. acórdão recorrido até o julgamento final do Recurso Especial" (e-STJ fl. 118), e de se ter entendido presentes os requisitos para a concessão da tutela pretendida, não houve manifestação acerca do pensionamento mensal da embargada, deferido na origem. Aponta, portanto, omissão no julgado.

Foi apresentada impugnação, na qual é requerida a rejeição dos embargos e a condenação do embargante por litigância de má-fé (e-STJ fls. 126/423).

A embargada, por sua vez, interpôs agravo interno (e-STJ fls. 427/614) contra a mesma decisão, pretendendo sua reforma. Reputou ausente o *periculum in mora*, aduzindo não ter sido autorizado o levantamento de nenhuma quantia na origem. Sustentou que também não estaria presente o *fumus boni iuris*, afirmando que o recorrente apresentou uma versão distorcida dos fatos e do conteúdo do acórdão recorrido.

O recorrente apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 617/630).

O HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A., às fls. 632/644 (e-STJ), noticiou ter sido dado provimento, na origem, ao Agravo de Instrumento n. 0706626-95.2018.8.07.0000, "deferindo excepcionalmente o efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento provisório de sentença, até o julgamento do mérito do Recurso Especial" (e-STJ fl. 632). Afirmou que o efeito

suspensivo teria abrangido o pensionamento mensal, razão pela qual os declaratórios teriam perdido seu objeto.

A recorrida alegou (e-STJ fls. 645/651) que o TJDFDT ultrapassou os limites de sua competência, ao proferir a referida decisão, uma vez que a matéria estaria preclusa, além de contrariar a decisão proferida nesta Corte. Requereu seja imediatamente determinado ao Juízo de origem o cumprimento da decisão proferida nestes autos.

Às fls. 652/677 (e-STJ), a requerida apresentou novamente a mesma petição e, às fls. 679/681 (e-STJ), pediu prioridade na tramitação do feito, em razão do critério etário.

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações apresentadas, o TJDFDT, acolhendo os segundos embargos de declaração, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pelo hospital, "deferindo excepcionalmente o efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento provisório de sentença, até o julgamento do mérito do Recurso Especial" (e-STJ fls. 632 e 648). Referido efeito suspensivo, conforme admitem ambas as partes (e-STJ fl. 632 e 650), abrangeu também o pagamento da pensão mensal.

Desse modo, verifica-se que não foram só os aclaratórios que perderam seu objeto, mas o próprio pedido de tutela provisória, uma vez que a execução foi integralmente suspensa, tal como pretendido pelo hospital recorrente.

Ressalte-se que o Tribunal de origem não concedeu efeito suspensivo em razão da liminar aqui deferida, mas, apresentando seus próprios fundamentos de mérito, deu provimento ao agravo de instrumento, suspendendo a execução.

Além disso, o efeito suspensivo foi concedido em recurso interposto na própria execução provisória, ou seja, na fase correta, sendo que a alegação de que aquela Corte teria ultrapassado os limites de sua competência deve ser objeto de recurso próprio, não merecendo análise neste momento, em que se aprecia apenas a possibilidade de deferimento da tutela pretendida pela parte contrária.

Posto isso, considerando a perda de objeto da presente medida de urgência, torno sem efeito a decisão de fls. 110/112 (e-STJ) e julgo prejudicados os embargos de declaração de fls. 117/122 (e-STJ) e o agravo interno de fls. 427/614 (e-STJ).

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator